



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

O LUGAR DA MILITÂNCIA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS/AS DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRN

Mariane Raquel Oliveira da Fonseca¹

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar como a militância política se relaciona com a formação da identidade profissional dos/as discentes de Serviço Social da UFRN. Para isso, lançou mão de uma pesquisa de campo. Os principais resultados apontaram para um complexo lugar de importância da militância política na formação da identidade profissional desses/as discentes.

Palavras-chave: Militância política. Identidade profissional. Serviço Social.

Abstract: This work aims at analyzing how the political militancy relates to the development of the professional identity of students in the Social Work major at UFRN. For this, we resorted to a field research. The main results pointed to a complex place of importance of the political militancy in the formation of the professional identity of these students.

Keywords: Political militancy. Professional identity. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social se configura como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho. Tendo emergido na década de 1930 no Brasil, já passou por diversas fases, na medida em que acompanha o movimento da sociedade e a ele responde. Atualmente, é regulamentada pela Lei nº 8.662/93, tendo como seus outros pilares o Código de Ética profissional, também aprovado no mesmo ano, e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, documento que remonta ao ano de 1996.

Entende-se que, desde a sua emergência, a profissão está situada em um cenário de disputa de projetos societários entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, dado o caráter intrinsecamente conflituoso presente na sociedade. No seu surgimento, configurava-se como alinhada a reivindicações conservadoras, as quais direcionavam a formação e o exercício profissional.

Foi na década de 1980, porém, que os questionamentos que vinham sendo gestados nas décadas anteriores, tanto no interior da profissão como no contexto da sociedade brasileira (e latino-americana) em geral, culminaram em um movimento de reconceituação do Serviço Social, lançando as bases para uma renovação em todos os aspectos

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: marianeraquel@hotmail.com.

concernentes à sua instrumentalidade, abrangendo as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. É nesse panorama que é desenvolvido um novo projeto profissional, o projeto ético-político do Serviço Social, agora intimamente relacionado com o projeto societário, comprometido com as demandas da classe trabalhadora.

Não apenas em sua instância político-organizativa, mas perpassando todo o exercício e formação profissional, é concretizada a dimensão ideopolítica do Serviço Social. Nesse contexto, questiona-se qual é o lugar da militância política do/a profissional nesse processo, e mais especificamente qual é a sua relação com o “ser” assistente social.

É para contribuir com essa discussão que emergiu o presente trabalho, na medida em que teve como recorte específico a relação entre a militância política e a identidade profissional, tomando como sujeitos/as de análise um grupo restrito. É nesse sentido, então, que objetivamos, aqui, analisar como a militância política se relaciona com a formação da identidade profissional dos/as discentes de Serviço Social da UFRN.

Esse recorte se justifica, inicialmente, devido ao fato de que a constatação empírica da existência da militância política na profissão e traz consigo a necessidade de abstrações teóricas comprometidas com o real que possam contribuir no entendimento de como essas duas dimensões se relacionam. No que diz respeito, mais especificamente ao recorte da pesquisa, há a necessidade, por parte da pesquisadora, de entender em que nível a militância política tem, de fato, se relacionado com a identidade profissional dos/as discentes, bem como de quais maneiras eles/as interpretam e significam essa relação.

Além da relevância supracitada, relacionada à necessidade de analisar essa demanda que emerge das salas de aula, é necessário compreender a importância de se discutir de maneira contínua a própria profissão e a formação profissional. Em um cenário marcado por mudanças na sociedade, no mundo do trabalho e nas configurações do ensino, refletir sobre as práticas relativas à formação profissional permanece como uma pauta de grande relevância.

Antes de tudo, é de suma importância destacar que este trabalho socializa um recorte da discussão travada no âmbito do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para fins de socialização, dadas as limitações próprias deste modo de exposição, foram feitas adaptações no texto original, o qual pode ser encontrado de maneira integral no repositório de monografias da UFRN.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado, em um primeiro momento, no âmbito mais geral do TCC, um levantamento bibliográfico no que diz respeito ao entendimento de questões como o processo de construção da identidade do/a assistente social e o papel da militância política para a profissão. Essa análise foi importante para apreender o que já vem sendo acumulado, bem como para lançar as bases de análise do material que foi obtido no campo. Em um segundo momento, que é o que será socializado

na abrangência deste trabalho em específico, foram tecidas análises a partir da pesquisa de campo com os/as próprios/as discentes.

Após ser aprovada pelo Comitê de Ética da UFRN, a coleta de dados se deu a partir da aplicação de questionários com uma amostra dos/as discentes regularmente matriculados/as e ativos/as no curso de graduação em Serviço Social da UFRN, no semestre 2017.2. Os questionários foram aplicados em oito turmas do curso durante o mês de outubro de 2017, conforme disponibilidade dos/as docentes e da turma. O critério de inclusão referiu-se à presença do/a aluno/a em sala de aula, bem como ao seu interesse em contribuir com a pesquisa. Apenas a turma do oitavo período, devido à característica que lhe é peculiar de não reunir-se mais em sala de aula, demandou um tratamento diferenciado, de maneira que os questionários foram aplicados individualmente com os/as alunos/as que, após expostos/as à proposta, decidiram participar. Esse processo resultou em uma amostra de cento e quarenta e quatro (144) estudantes dos oito períodos, número equivalente a aproximadamente 47% do universo (305) de discentes.

O questionário, contendo trinta e quatro perguntas era semiaberto, visando apresentar um panorama geral da questão, tanto no aspecto qualitativo como quantitativo. As questões, divididas em quatro eixos (Informações básicas, Identidade profissional, Militância política e, por fim, Identidade profissional e militância política), foram direcionadas por discussões relativas a essas temáticas. Essa foi a mais adequada, completa e viável opção encontrada, considerando-se também a complexidade das respostas que possivelmente seriam redigidas. Posteriormente, as respostas foram transcritas e submetidas a um processo de sistematização e análise.

2 “PORQUE O CURSO ESTÁ DIRETAMENTE LIGADO À MILITÂNCIA POLÍTICA”: A RELAÇÃO ENTRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL E A MILITÂNCIA POLÍTICA ENTRE OS/AS DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRN

O curso de graduação em Serviço Social da UFRN, atualmente inserido na área das Ciências Sociais Aplicadas, foi o primeiro oferecido no Rio Grande do Norte. Tendo sido criado no ano de 1945, sob o nome de Escola de Serviço Social de Natal (ESSN), objetivava formar técnicos que pudessem atuar nas complexas demandas advindas da Segunda Guerra Mundial e da seca de 1942, sofrendo fortes influências da Igreja Católica e de tendências europeias e norte-americanas do Serviço Social (UFRN, 2000).

Após a renovação do Serviço Social brasileiro, o curso deu um giro no seu projeto pedagógico, apresentando-se, na atualidade, alinhado às diretivas preconizadas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93), no Código de Ética profissional e nas Diretrizes Curriculares (UFRN, 2000). Neste momento, trabalharemos com a dimensão

singular da identidade profissional desses/as estudantes, situando-a enquanto uma mediação das particularidades desses/as discentes com a universalidade da identidade dos/as membros/as da profissão na atualidade, denominada, neste estudo, de identidade profissional hegemônica.

Do total de discentes participantes, 15,3% eram do 1º período, e, na sequência dos sete períodos seguintes, tivemos, respectivamente: 9% (2º período), 16,7% (3º período), 9% (4º período), 14,6% (5º período), 14,6% (6º período), 10,4% (7º período) e 10,4% (8º período). A participação era voluntária, no contexto das suas próprias salas de aula (excetuando-se o 8º período, conforme detalhado na descrição da metodologia desenvolvida na introdução deste trabalho).

As turmas de Serviço Social na UFRN são organizadas em turnos alternados entre os períodos, com apenas um por semestre. Dessa maneira, não há, por exemplo, uma turma do 1º período no turno matutino e outra no turno vespertino; há, por outro lado, em 2017.2, uma turma do 1º período no turno vespertino, uma do 2º período no turno matutino, e assim por diante. Nesse sentido, em consequência da amostra referente a cada período, obtivemos um maior percentual de participação referente ao turno vespertino (54,9%), enquanto o turno matutino correspondeu a 44,4% dos/as estudantes, e 0,7% não respondeu à questão.

No que tange ao sexo, 93% corresponde ao sexo feminino, ao passo que 6,3% ao masculino. Do total, 0,7% não respondeu. Conforme trazem Beltrão e Teixeira (2004) apud Simões (2007), dentre todos os cursos universitários das últimas décadas, Serviço Social é o que detém a maior taxa de mulheres. Essa tendência de “feminização” da categoria profissional, conforme problematizada por Cisne (2004), acompanha a profissão desde a sua gênese, persistindo na atualidade.

Já com relação à orientação sexual, a maioria dos/as estudantes declara-se heterossexual (78,5%), seguida de bissexual (11,1%), homossexual (6,9%) e em branco (3,5%). Com relação à renda familiar, mais da metade dos/as participantes (58,3%) têm uma renda familiar total entre 2 a 4 salários mínimos (algo no intervalo entre R\$ 1.874,00 e R\$ 3.748,00), seguida de 0 a 1 (20,1%), 5 a 7 (13,9%), 8 a 10 (4,9%), mais de 10 (1,4%) e em branco (1,4%). Dessa forma, delinea-se um perfil geral marcado por camadas socioeconômicas mais vulnerabilizadas.

Grande parte dos pais e mães dos/as discentes possui apenas o ensino médio completo, exercendo suas ocupações, dentre outras, como autônomos e donas de casa. Por fim, mais de um terço dos/as alunos/as são adeptos/as ao catolicismo, sendo mais de 70% vinculados/as a alguma religião. Essas questões, se não contemplam a complexidade da identidade profissional desses/as discentes – visto que a identidade desborda o perfil profissional –, podem contribuir para a sua compreensão.

A identidade profissional articula o que uma profissão é, faz e aspira fazer (MARTINELLI, 2013), sendo tensionada tanto pela dimensão singular dos/as profissionais, como – e principalmente – pela categoria em si e pelas determinações exógenas à profissão, como as demandas advindas dos/as usuários/as e as correlações de forças nos mais variados espaços sócio ocupacionais.

Quando questionados/as acerca do que caracterizaria um/a assistente social, notou-se, de maneira geral, um fio condutor das percepções dos/as discentes, ainda que compostos/as por um grupo heterogêneo no que tange ao nível de apropriação da profissão (referente ao período do curso) e na variedade de respostas. De maneira geral, as respostas mais recorrentes direcionaram-se, cada uma com suas particularidades, na perspectiva de caracterizar o/a assistente social como aquele/a que auxilia as minorias, ou pessoas em geral, na busca e/ou na luta para a efetivação de direitos, no sentido de uma qualidade de vida melhor e/ou para a construção de uma sociedade igualitária. Esse tipo de compreensão, por vezes aparecendo nas respostas em concomitância com outras concepções, apareceu 52 vezes nos questionários.

Percebeu-se, então, uma tendência dominante nas respostas no sentido da garantia de direitos e do compromisso com a classe trabalhadora, com a construção de uma nova sociabilidade, em convergência com a direção social da identidade hegemônica da profissão na atualidade. O próprio Código de Ética, nos seus princípios fundamentais, expressa essa direção, como pode ser observado nos seus 2º (Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo) e 8º (Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero) princípios fundamentais (BRASIL, 1993). Nessa perspectiva, pôde-se depreender, também, a partir das respostas, um papel de destaque para a dimensão ideopolítica da profissão na construção de quem os/as estudantes entendem que é o/a assistente social.

Ainda no que diz respeito à conformação da identidade profissional do/a assistente social, algumas características foram elencadas, em determinada questão, para que os/as discentes assinalassem quais delas são, na sua visão, essenciais para um/a assistente social. O domínio teórico-metodológico foi o elemento mais assinalado (presente em 88,9%) nos questionários. A direção ético-política, por sua vez, foi assinalada em 117 questionários (ou 81,3%).

Percebeu-se, então, por um lado, uma compreensão majoritária da identidade do/a assistente social preponderantemente ligada ao domínio teórico-metodológico, à direção ético-política e à adoção do método histórico-dialético, em uma concordância com a identidade profissional hegemônica. Por outro lado, há uma considerável diminuição na reincidência do domínio técnico nas respostas. Esse fato pode ter sido ocasionado pelo

considerável debate travado nas últimas décadas, acerca da suposta neutralidade profissional, compreendendo não mais o domínio técnico a partir de uma perspectiva tecnicista (SARMENTO, 2013), mas como uma dimensão que expressa às demais (SANTOS, 2013).

Dessa maneira, uma possibilidade é que os/as estudantes tiveram receio de recair nesse equívoco. Em contrapartida, outro equívoco – que também é uma possibilidade – consiste em escamotear essa dimensão do debate. Devido à sua importância, a discussão sobre a dimensão técnico-operativa deve ser melhor situada, ao invés de escamoteada, conforme aponta Sarmiento (2013). A teoria que dá suporte à dimensão teórico-metodológica da identidade profissional do/a assistente social – e, conseqüentemente, às outras dimensões –, a partir do giro ocorrido na renovação, corresponde à teoria social crítica marxista, com a sua influência na direção ético-política da profissão (2º elemento mais assinalado) e ligada à adoção do método histórico-dialético (3º elemento), havendo uma íntima relação entre as respostas majoritárias dos/as alunos.

Conforme relembra Tavares (2013), o diálogo entre setores da profissão e a tradição marxista remonta à década de 1960, um movimento que não foi exclusivo ao Serviço Social brasileiro, tampouco à profissão. Segundo a autora, conforme já trouxemos anteriormente, “graças a essa opção teórico-metodológica, a empreitada de se opor à hegemonia das classes dominantes, na academia, tornou-se quase unicamente do Serviço Social” (TAVARES, 2013, p. 9). Essa constatação, por um lado, ressalta a íntima vinculação da profissão ao marxismo, conforme também pode ser observada nas respostas dos/as estudantes com relação à corrente teórico-metodológica que mais se identificam.

Os resultados apontaram que 61,1% dos/as discentes mais se identificam, dentre as correntes expostas, com o marxismo. Quando questionados/as acerca do porquê dessa escolha, em aproximadamente 58 respostas (ou 65,9% do total [88] de estudantes que a assinalaram) apareceram justificativas relativas a, na sua visão, ser essa a teoria social mais completa, atual e crítica, tendo servido para a renovação da profissão e para uma melhor atuação do/a assistente social

Por fim, em 12,5% das respostas apareceu a justificativa relacionada ao fato de ser essa a diretriz do curso, com a qual esses/as estudantes tiveram um maior contato até o momento: “Porque é o que vemos no curso e o que somos instruídos a ser.” (D71); “Pela carga de conteúdos marxistas que vemos por toda graduação” (D129); “pelo posicionamento do curso. De fato é a corrente que mais se conforma ao projeto ético político” (D73); “Porque acaba que esta é a corrente que mais teve contato durante a graduação.” (D75).

Essa tendência minoritária contra hegemônica ganha relevo, entretanto, quando os/a alunos/as expõem as suas justificativas para assinalar “Não sei” (29,2%) e outras correntes, que, juntas, reuniram 8,4% dos/as discentes. 62,2% daqueles/as que assinalaram “Não sei”

não responderam o porquê, um dado expressivo e que, dentre outras possibilidades, pode remeter à própria dificuldade dos/as estudantes em saber a qual perspectiva alinhar-se. 14,28%, por sua vez, justificaram que ainda estão se aproximando de uma compreensão mais delineada. Já em 2,3% das respostas, apareceram a justificativa de que se enxerga uma complementaridade entre as correntes; identifica-se apenas de maneira indireta com o marxismo; não se encontrou alguma com que concordasse completamente; e, por fim, porque no curso se tem contato apenas com o marxismo:

“Acredito que o marxismo me possibilita sim ter uma visão crítica, porém não vejo tal perspectiva como a única que me possibilita uma visão de totalidade e criticidade. Claro que o curso me apresenta a perspectiva hegemônica na categoria, mas creio que outras visões preciso conhecer mais p/ me ‘firmar em uma’” (D56); “Em parte marxismo como base teórica. Mas não concordo com muitas coisas do marxismo. Acredito que outras linhas teóricas que explicam a realidade e que consideram outras áreas da vida além da material e histórica. Acredito que nem tudo pode ser explicado ou interpretado pela teoria marxista. Além disso, o serviço social na universidade é muito marxista radical, se um aluno discorda do professor ou das ideias maiores, não é respeitado e sim ignorado.” (D79); “Por que de algumas correntes eu concordo e outras não concordo. Não definindo de uma que eu concordo 100%” (D126).

Em resumo, as respostas ora se apresentam com tendências vinculadas à identidade hegemônica, ora, em menor grau e em contraste, com direcionamentos contra hegemônicos. E, aqui, cabe questionar qual é o lugar da militância política nesse terreno contraditório da identidade profissional dos/as discentes.

Na questão supracitada relativa aos elementos considerados essenciais para um/a assistente social na visão dos/as discentes, foi possível notar que a militância política apareceu, juntamente com outros elementos, em 44,4% das respostas. Esse é um dado considerável e já nos permite entender uma determinada importância dada pelos/as estudantes a esse elemento nas suas identidades profissionais.

Para nos aprofundarmos nesse contorno da relação estabelecida pelos/as discentes entre a identidade profissional e a militância política, é interessante notar, antes de tudo, o forte traço ideopolítico nas respostas dos/as alunos/as quando questionados/as acerca do porquê da escolha do curso. Sendo a primeira opção para 48,6% dos/as participantes da pesquisa, em 63,2% (91) do total da amostra (144) os/as discentes alegaram que escolheram o Serviço Social pela identificação com a profissão, sua atuação e seus princípios, constituindo-se a perspectiva da defesa e luta por direitos como a resposta mais recorrente dentre essas.

No que tange à relação estabelecida pelos/as discentes entre a militância e a identidade profissional propriamente dita, as respostas dos questionários indicaram que 50% dos/as estudantes consideram importante a existência da dimensão da militância política na formação de um/a discente de Serviço Social. Mais do que isso: 32,6% a consideram muito

importante. Essa tendência majoritária entre os/as alunos/as provavelmente pode ser explicada devido à sua concepção de identidade profissional, que vem sendo exposta neste capítulo profundamente ligada à dimensão ideopolítica da profissão.

Aqui, a pergunta se direcionava à militância num contexto geral e externo à profissão; a próxima questão, por sua vez, questionava aos/às alunos/as se, nas suas visões, a militância política deve ser uma das dimensões que compõem a formação e o exercício profissional do/a assistente social, caracterizando-se, em outras palavras, como algo interno e inerente à identidade profissional. Os resultados apontaram que mais da metade (56,9%) dos/as discentes responderam “sim”, ao passo que 22,2% alegaram não saber responder à questão, 14,6% responderam “não” e 6,3% deixaram em branco. Pedimos, agora, uma atenção redobrada do/a leitor/a, pois esse é um momento chave para a discussão.

Dentre aqueles/as que responderam “sim” (56,9%), 15,85% não justificaram, havendo uma tendência majoritária em explicar sua escolha remetendo à íntima relação entre essas duas dimensões dada a partir da existência da necessidade de luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora, classificando, assim, a militância como uma dimensão importante para o alcance dos objetivos profissionais e, conseqüentemente, para um alinhamento com o projeto ético-político do Serviço Social.

Já dentre os/as que responderam “não sei” (22,2%), 65,6% não expuseram o porquê. Dentre os/as que expuseram – e aqui poderemos compreender melhor a tendência contrastante encontrada na resposta anterior –, houve uma tendência majoritária em justificar sua escolha relacionando ao fato de que eles/as não sabem como de fato essa relação se delineia ou que compreendem que algumas pessoas não tendem ao engajamento, não devendo, em outras palavras, a militância ser algo inerente à identidade profissional, mas de cunho opcional.

Por fim, dentre os/as que assinalaram “não” (14,6%), 33,3% não justificaram, ao passo que as justificativas expressas se inclinaram para diferenciações entre o trabalho e a militância, entre o pessoal e o profissional ou entre posicionamentos políticos e a profissão, tratando a militância política como algo específico da esquerda, perpassada por um unilateralismo, ligada a todas as profissões/cidadãos ou restrita a uma posição pessoal civil.

Todos os três posicionamentos, ao mesmo tempo em que divergem entre si quanto à militância dever ser/ser uma das dimensões que compõem a formação e o exercício profissional do/a assistente social, apresentam como ponto em comum uma gama de definições acerca do que é a militância, exemplificando a hipótese aqui defendida existência de uma imprecisão teórica e empírica com relação à militância política no âmbito do Serviço Social brasileiro.

Assim, ora a militância aparece como engajamento ou luta por direitos, permitindo uma aproximação com os interesses da classe trabalhadora, num movimento inerente ao fazer profissional, ora como uma opção para cada discente e assistente social; ora como algo inerente ao ser humano, ora como algo exclusivo da esquerda; ora como algo cotidiano, não necessariamente ligada a partidos e movimentos, ora com eles aliançada.

Em resumo, a relação estabelecida pelos/as discentes entre a identidade profissional e a militância política converge, majoritariamente, para um lugar de importância desta última na primeira, tratando-as, em sua maioria, como dimensões intimamente relacionadas. Esse cenário, entretanto, é perpassado por tendências contrastantes, assim como pela dificuldade em se definir o que é a militância política.

De posse desse entendimento, uma questão permanece: Como a militância política tem de fato se relacionado com a identidade profissional desses/as discentes? Afirmar que uma direção é hegemônica na direção social da identidade profissional não exige a profissão de diversos desafios, relacionados à concretização do seu projeto profissional. Uma das formas de tradução desses desafios apareceu, nas respostas dos/as discentes, nas respostas relativas ao Eixo III (Militância política). Quando questionados/as sobre a militância política fazer parte dos seus cotidianos pessoais, 39,6% responderam “não”; 34,7% “sim, um pouco”; 13,9% “sim, bastante”; 11,1% “não sei” e 0,7% não respondeu à questão

Esse cenário heterogêneo, com a predominância da não-existência, ou do que os/as alunos/as julgam como “um pouco”, converge para o panorama geral da sociedade brasileira e mundial, marcada por processos de desmobilização e despolitização, cuja lógica incide no consciente coletivo.

De acordo com a pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, publicada em 2005 pelo CFESS, apenas 32% de assistentes sociais alegaram ser participantes de atividades políticas. Esse número decai ainda mais quando consideramos as respostas dos/as discentes quando questionados/as sobre a participação em algum movimento social ou organização política: apenas 12,5% do total de estudantes participantes da pesquisa alegam fazer parte de algum movimento social ou organização política. Essa porcentagem, por sua vez, encontra-se assim distribuída: Levante Popular da Juventude (4,2%), PSOL (1,4%), Escola Wilbert W. (1,4%), Cáritas (0,7%), Paratodxs e Pastoral da Juventude (0,7%), ABU (0,7%), Frente Povo Sem Medo e movimento Mulheres em Luta (0,7%), ONG (0,7%), PCB e MCF Ana Montenegro (0,7%), UJS/UNA - LGBT (0,7%) e não informado (0,7%).

Essa realidade deflagra, por um lado, um panorama marcado por dificuldades de adesão à militância política. Conforme problematizam Montaño e Duriguetto (2011), o cenário atual é marcado por impactos objetivos e, também, ideológicos, ocasionados pela racionalidade neoliberal. Há, então, um culto ao individualismo exacerbado e a rejeição a

formas de atuação coletiva e social, pulverizando a consciência de classe e difundindo, a partir do pensamento pós-moderno, a descrença em macroprojetos e nas metanarrativas de explicação da sociedade (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Por outro lado, entre aqueles/as que afirmaram que a militância política faz parte do seu cotidiano pessoal, ainda que considerem “um pouco” ou “bastante”, bem como entre aqueles/as que declararam participação em algum movimento social ou organização política, foi percebida uma relação de mútua determinação entre a identidade profissional e a militância política, como veremos a seguir.

34,7% e 13,9% dos/as discentes, respectivamente, alegaram “um pouco” e “bastante” presença da militância política no seu cotidiano pessoal. Dentre aqueles que justificaram, as respostas mais comuns de como essa militância acontece, referiram-se à participação em movimentos ou atos políticos, bem como por meio de um posicionamento crítico, expresso em debates e lutas cotidianas, culminando na influência de pessoas. Os/as discentes alegaram participação em reuniões e discussões sobre temáticas concernentes à militância, tendo apenas um/a deles/as alegado vinculação da sua militância a algum partido político.

Nesse sentido, e aqui é outro ponto central na discussão, 36,8% dos/as alunos/as afirmaram que o curso tem exercido bastante influência nesse processo, ao passo que 25% responderam “sim, um pouco”, 26,4% responderam “não”, 11,1% deixaram em branco e 0,7% não informou. Dentre os/as que responderam “não”, vale destacar, grande parcela referiu-se à não existência da militância política nos seus cotidianos, uma das opções da questão anterior, conforme foi exposto antes. Assim, de maneira geral, os/as discentes assinalaram uma influência do Serviço Social para a existência da militância nos seus cotidianos.

Essa tendência de mútua determinação entre a profissão e a militância foi confirmada pelos 12,5% de alunos/as que declararam participar de algum movimento social ou organização política. Ao passo que 22,2% não responderam à questão, cerca de 77,8% dessa amostra de alunos/as alegou que a sua participação política influencia na sua formação profissional.

Lemos (2016), em suas análises, tece considerações sobre o que define como o/a “profissional-militante”, especificamente no caso dos/as assistentes sociais, enquanto uma figura “que apresenta um modelo de atuação profissional politizada, possibilitada através da relação de complementaridade de saberes ativistas e saberes especializados, como ‘uma espécie de imbricação e complementaridade entre estes saberes’ (PETRARCA, 2015).” (LEMOS, 2016, p. 249).

A partir do panorama apresentado, foi possível chegar às conclusões que aqui foram sendo expostas, sendo este, ainda, um caminho repleto de possibilidades de análises, abordagens e aprofundamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o Serviço Social tem sido um desafio colocado para diversos/as pesquisadores/as ao longo das últimas décadas, principalmente a partir do processo de renovação profissional, conforme aponta Netto (2015). Compreender como a profissão se insere no contexto das relações sociais, entendendo qual é o seu lugar na produção e reprodução dessas relações, constitui-se como um permanente chamamento para estudantes e assistentes sociais de Norte a Sul do Brasil.

Nesse sentido, também são gestadas reflexões acerca dos limites e possibilidades de vinculação do projeto profissional ao projeto societário da classe trabalhadora, em uma tentativa de compreender as determinações mais gerais que incidem na profissão no contexto da correlação de forças entre as classes e que visam estimular ou combater práticas pedagógicas pautadas nos moldes da emancipação compreendida pelos projetos supracitados.

Esse panorama, assim, é perpassado por diversas contradições e embates, não apenas no que diz respeito às relações explicitamente travadas entre a profissão e a sociedade, mas também às discussões desenvolvidas no seio da própria categoria profissional – que, vale enfatizar, apresentam-se intimamente ligadas às racionalidades difundidas na sociedade de uma forma geral.

Este trabalho, em específico, foi realizado no sentido de contribuir em uma dessas discussões, a saber, aquela relativa ao lugar da militância política na profissão. Dessa maneira, realizamos um recorte específico e objetivamos analisar como a militância política se relaciona com a formação da identidade profissional dos/as discentes de Serviço Social da UFRN.

O que caracteriza o/a assistente social? Quem é, o que faz e o que intenciona fazer? Discutir sobre isso, ainda que em uma aproximação inicial, constitui-se, de fato, como um movimento trabalhoso, porém necessário.

Finalizamos, assim, as discussões desenvolvidas no seio deste trabalho, esperando, com isso, contribuir com as discussões acerca da formação profissional no curso de Serviço Social, bem como suscitar questões que permitam uma reflexão acerca da autoimagem no bojo da profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília: 1993.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

CISNE, Mirla. **Serviço social**: uma profissão de mulheres paramulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2004.

LEMOS, Francilaine dos Santos. De militantes políticos a assistentes sociais: uma profissão à serviço de uma causa e múltiplos saberes. *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS*. Universidade Federal de Sergipe, 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. *Serv. Soc. & Saúde*, v. 12, n. 1, Campinas/SP, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do serviço social, v. 5).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. *Revista Conexão Geraes*, n. 3, 2013.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate!. *Revista Conexão Geraes*, n. 3, 2013.

SIMÕES, Pedro. Religião e política entre alunos de Serviço Social (UFRJ). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 27, n. 1, p. 175-192, 2007.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 09-11, jan./jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRN**. Natal, 2000.